



**Morar na roça, estudar na cidade:  
os estudantes do ensino médio em suas condições objetivas de vida**

**Gisele Francisca da Silva Carvalho Carvalho**

IF Sudeste MG

[gisele.carvalho@ifsudestemg.edu.br](mailto:gisele.carvalho@ifsudestemg.edu.br)

**Juliane Aparecida de Paula Maia**

[juliane\\_ld@yahoo.com.br](mailto:juliane_ld@yahoo.com.br)

**Resumo:** Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa cujo objetivo central foi investigar as condições objetivas de vida e estratégias de permanência escolar de alunos residentes na zona rural e que estudam em zona urbana, em um determinado município mineiro. Dessa forma, discutiremos a educação escolar destinada a este público específico de alunos problematizando a educação rural e a educação do campo; as relações entre a escolaridade dos familiares dos alunos e a atribuição de importância à escola; e, por fim, as estratégias de permanência mobilizadas por esses discentes. Os resultados indicam a valorização da escola no meio familiar, ainda que ainda que a escolaridade das gerações anteriores desses estudantes seja baixa; que as estratégias mais demandadas à permanência estão relacionadas à locomoção, à superação do cansaço e à conciliação com o trabalho campesino. Assim, defendemos que a *educação do campo*, ainda distante da maioria das comunidades rurais, possui os princípios que garantiriam o direito à educação a este grupo específico.

**Palavras-chave:** Estratégias de permanência escolar; zona rural; ensino médio.

### **Introdução**

A educação escolar destinada aos alunos residentes em zona rural continua sendo um desafio no Brasil. O número de escolas vem diminuindo drasticamente nesse meio. Em 2003, das 211933 escolas brasileiras, 103328 estavam situadas na zona rural, cerca de 49%<sup>1</sup>. Porém, conforme as notas estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica 2020<sup>2</sup>, houve uma queda no número de escolas (urbanas e rurais) para 179533, sendo que destas, 54403 são rurais.

---

<sup>1</sup> Informação disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/escolas-rurais>>, acesso em 20 de fevereiro de 2021.

<sup>2</sup> Informação disponível em: <[http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6993024](http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6993024)>, acesso em 20 de fevereiro de 2021.

Ou seja, em dezessete anos, houve uma queda de 15% no número de estabelecimentos de ensino e tal queda foi bem maior se analisarmos somente as escolas rurais: 47%. As implicações desta política são muitas, dentre elas o aumento da dificuldade de os alunos saírem de suas casas no campo para estudarem na zona urbana.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional número 9393/96, em seu único artigo que aborda essa temática específica, estabelece:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

No entanto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016), em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2015, comprova a imensa desproporcionalidade entre a escolaridade de moradores de zona rural (que tendem a trabalhar com no setor agrícola) e de zona urbana.

Acrescenta-se a isso o fato de, segundo o IBGE, 2018, “a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil caiu de 2015, pelo Plano Nacional de Educação (PNE)”. Apesar de apresentar queda na porcentagem de analfabetos, o país ainda precisa enfrentar um caminho para alcançar os números compatíveis com uma sociedade democrática.

O nível de escolarização também é algo que chama a atenção, os números evidenciam que os alunos residentes no campo possuem menor longevidade escolar. Segundo o Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2013), o Sudeste apresenta uma diferença de aproximadamente 20% em frequências à escola, entre os alunos residentes nas áreas em pauta, sendo novamente, a zona rural a desprivilegiada.

Assim, muitos estudantes, principalmente do Ensino Médio (EM), são impelidos a estudar nas áreas urbanas para darem continuidade aos estudos, por não haver escolas em área rural. Esse é o caso dos investigados desta pesquisa, cuja questão norteadora é: sob quais condições específicas os alunos de EM residentes em área rural de um determinado município mineiro estão sujeitos para terem acesso e permanecerem estudando na escola urbana?

A partir do exposto, o nosso problema de pesquisa referiu-se à identificação das dificuldades típicas de permanência na escola por parte dos alunos que residem na área rural e estudam “na cidade”. Tais dificuldades os levam a lançar mão de estratégias específicas de seu contexto local e, por isso a relevância social e política de estudar quais são essas estratégias. A hipótese, corroborada ao final da pesquisa, foi a de que as condições objetivas de vida dos alunos residentes em área rural produzem dificuldades para a permanência escolar, demandando um leque mais ampliado de estratégias por parte do próprio aluno e de membros do seu círculo familiar.

Em relação à metodologia, tratou-se de um estudo de caso, de caráter qualitativo, que segundo Fachin (2005, p.81), “é caracterizada pelos seus atributos e relaciona aspectos não somente mensuráveis, mas também definidos descritivamente”, ou seja, o conhecimento sistematizado do processo foi o foco da pesquisa. Desta maneira, foi utilizada como instrumento de coleta de dados a aplicação de um questionário, composto por questões objetivas e dissertativas, cujas respostas foram analisadas à luz da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Investigamos sete alunos maiores de 18 anos<sup>3</sup>, residentes em zona rural e matriculados e frequentes no EM regular de uma escola estadual urbana. As categorias de conteúdo que orientaram a análise foram: a escolaridade dos familiares e relação com a escola; as estratégias de permanência escolar dos alunos investigados e aprofundamos a discussão sobre os desafios diários para chegarem à escola.

Por fim, este artigo foi organizado em três momentos de discussão. O primeiro abordou os aspectos gerais sobre a educação rural e educação do campo no Brasil; em seguida, as relações entre a escolaridade dos familiares dos alunos e a atribuição de importância à escola; e, por fim, as estratégias de permanência mobilizadas por esses discentes, com foco naquelas que se referiram ao deslocamento para a escola.

---

<sup>3</sup>Antes da aplicação do questionário, os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), sendo facultada a participação na pesquisa. A pesquisa foi iniciada após aprovação do comitê, conforme parecer número 19715719.2.0000.5588

**Educação rural, educação do campo e a educação urbana  
de alunos residentes na zona rural**

Inicialmente, importa diferenciar os conceitos de educação rural e educação do campo. Salientamos que a discussão crítica sobre a educação dos sujeitos que residem na zona rural deve ser pautada pelo compromisso ético-político de construção coletiva de um projeto político-pedagógico voltado para a educação democrática socializadora do conhecimento.

Segundo Ramos e Rolo (2012, p. 155), “o conhecimento é parte constituinte do trabalho, ele é a dimensão refletida da experiência que o homem faz da natureza, autonomizando-se gradativamente, à medida que ganha aspectos de generalização”. Assim, os autores afirmam que a ciência, a arte e a filosofia desempenham papel fundamental neste processo, pois atuam como uma bagagem de conhecimento, a qual cada indivíduo constitui a sua própria.

Sabemos que o direito à educação tem sido conquistado através de muitas lutas, pois antes era um privilégio que poucos tinham, sendo que a população mais pobre, no Brasil, possui um histórico de direito negado à educação (BUFFA; NOSELLA, 2001). Segundo Haddad (2012, p.217), “conceber a educação como direito humano significa incluí-la entre os direitos necessários à realização da dignidade humana plena.” Ou seja, é algo que deveria ser de todos, independentemente de sua posição social, uma vez que o conhecimento é patrimônio da humanidade.

Nesse sentido, Haddad evidencia a importância da escola na vida do ser humano. Segundo ele,

O conhecimento escolar é quase uma condição para a sobrevivência e o bem-estar social. Ao mesmo tempo, pessoas que passam por processos educativos, em particular pelo sistema escolar, exercem melhor sua cidadania, pois têm melhores condições de realizar e defender os outros direitos humanos (saúde, habitação, meio ambiente, participação política etc.) (HADDAD, 2012, p. 218).

A educação rural é destinada àquelas pessoas que moram em zonas rurais e tiram seu sustento através da agricultura, pecuária ou outras atividades do campo. Segundo Ribeiro, “Os filhos dos camponeses experimentam uma necessidade maior de aproximação entre o trabalho e o estudo, visto que a maior parte deles ingressa cedo nas lidas da roça para ajudar a família de onde se retira a expressão agricultura familiar” (RIBEIRO, 2012, p. 295).

Diante deste cenário, há uma dupla jornada enfrentada por esses discentes, trabalho e estudo, e pelo fato de a questão financeira ser mais necessário em determinado momento, muitos necessitam dedicar ao trabalho, e conseqüentemente abandonam a escola.

A manutenção financeira de uma escola rural é vista como gasto desnecessário na perspectiva neoliberal (LEHER; MOTTA, 2012). Assim, atendendo à política de fechamento das escolas rurais, os alunos são obrigados a se deslocarem para as cidades, viajando por longas distâncias, muitas vezes em veículos precários, faça chuva ou sol, enfrentando as barreiras físicas e sociais. Diante destes impasses, a taxa de evasão tende a ser significativa, visto que muitos discentes são vencidos pelo cansaço.

As escolas rurais também enfrentam uma série de problemas, sendo a falta de recursos o maior deles, o que acarreta em estruturas ruins, sendo que em muitos casos há salas multisseriadas, sobrecarregando o professor, que se depara com condições precárias de trabalho. É sabido que muitos destes docentes retiram recursos próprios para a compra de materiais básicos.

A partir da crítica à educação rural, o movimento social pela Educação do Campo vem conquistando avanços. De acordo com Caldart,

A Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012, p. 259).

Assim, a perspectiva da Educação do Campo critica e visa superar as lacunas político-sociais e pedagógicas existentes nos princípios da Educação Rural, transcendendo preconceitos relacionados aos homens e mulheres do campo, vislumbrando-os como sujeitos de conhecimento, com potencial crítico e transformador da realidade. Assim, Ribeiro afirma que:

Em confronto com a educação rural negada, a educação do campo construída pelos movimentos populares de luta pela terra organizados no movimento camponês articula o trabalho produtivo à educação escolar tendo por base a cooperação. A educação do campo não admite a interferência de modelos externos, e está inserida em um projeto popular de sociedade, inspirado e sustentado na solidariedade e na dignidade camponesas (RIBEIRO, 2012, p. 300).

Nesse sentido, a *educação básica do campo* é algo que foi almejado diante de muitas lutas. Desde 1980, movimentos sociais começaram a ocorrer com a finalidade de mudar o contexto rural. Campos e Oliveira apontam que: “Os movimentos sociais se configuram como sujeitos produtores de direitos, contribuindo para o estabelecimento de novas leis e políticas educacionais, bem como para a abertura de políticas de trabalho e renda para a agricultura familiar” (CAMPOS; OLIVEIRA, 2012, p. 241).

Através desses movimentos foi incluída a educação do campo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica em 13 de julho de 2010. Todavia, apesar das lutas e implementação da mesma, a educação do campo ainda tem muito a alcançar, conforme afirmam Campos e Oliveira (2012, p. 242), como “a falta de atendimento no âmbito da educação infantil, do segundo segmento do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino superior, além das modalidades de EJA e educação especial”.

Feita essa contextualização, fica claro que nosso objeto de estudo está situado na lacuna existente entre a educação rural (escola precária na zona rural e ensino tradicional) e a educação do campo, calcada em princípios democráticos, mas ainda insipiente e carente de investimentos. A pergunta que fica é: diante da política de fechamento de escolas rurais e encaminhamento dos alunos para a escola urbana, sob quais condições esses estudantes matriculados em escolas urbanas e residentes em zona rural estão submetidos?

### **As condições objetivas dos alunos residentes em zona rural**

O município investigado está situado no interior de Minas Gerais, no Campo das Vertentes. De acordo com o Censo do IBGE<sup>4</sup> a população estimada em 2020 é de 13063 habitantes.

Dados da Secretaria de Educação da cidade mostram que alguns povoados possuem escolas próprias, o que facilita a vida destes discentes, porém, todas estas escolas rurais atendem somente até o 5º ano do Ensino Fundamental, com exceção da Escola Rural A, que vai até o 9º ano. Seguem elas no quadro:

---

<sup>4</sup> Foi o mais atual encontrado. O próximo Censo Demográfico do Brasil será realizado em 2020.

**Morar na roça, estudar na cidade:  
os estudantes do ensino médio em suas condições objetivas de vida**

Quadro 1: Quantitativo de alunos matriculados no EF em escolas rurais, por povoado, do município investigado

<b>Povoado</b>	<b>Quantidade de Alunos</b>
Escola Rural A	455
Escola Rural B	58
Escola Rural C	9
Escola Rural D	16
Escola Rural E	43
Escola Rural F	12
Escola Rural G	25
Escola Rural H	23
Escola Rural I	22

Na escola rural A funciona no período noturno uma turma do ensino médio vinculada à escola investigada, algo planejado, para facilitar para os discentes do respectivo povoado e também para economizar com o transporte. Estes alunos já foram contabilizados nos dados da escola explorada.

Os alunos que não moram nestes povoados especificamente são encaminhados ao mais próximo ou são matriculados na escola urbana. Este também é o caso daqueles que concluíram o nível ofertado pela escola rural.

Segundo dados cedidos pelas secretarias de cada escola, o quadro a seguir mostra a quantidade de alunos totais das escolas urbanas do município investigado e, de forma específica, quantos são residentes de zona urbana e de zona rural.

Quadro 2: Quantidade de alunos das escolas urbanas do município mineiro

<b>Escola</b>	<b>Total</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>
Escola urbana A	308	292	16
Escola urbana B	118	73	45
Escola Urbana C	1018	768	250
Escola Investigada	525	363	162

Fica nítido que as escolas possuem um quantitativo considerável de estudantes residentes em zona rural. Todos estes que são de moradores de povoados da cidade vão para a escola através de transportes escolares custeados pela prefeitura.

Diante dos dados, conclui-se que, aproximadamente, 473 alunos do município se deslocam todos os dias de seus respectivos povoados para a cidade. Ou seja, trata-se de um quantitativo significativo de estudantes que enfrentam diariamente obstáculos extras para frequentar a escola básica, tais como dias chuvosos com estradas ruins, transportes muitas vezes

precários, distância entre suas casas e escola, o que faz com que acordem muito cedo, afinal o turno no geral é matutino, e retornam bem mais tarde para suas casas.

Os estudantes investigados residem em cinco povoados diferentes e a distância varia entre 14 km e 28 km do município mineiro em questão. Quanto à ocupação de suas famílias é ressaltado o vínculo com a terra, da qual a grande maioria retira o sustento.

#### A escolaridade dos familiares e a importância da escola

Os pais dos estudantes investigados possuem os anos iniciais do ensino fundamental, completo ou incompleto, sendo que somente o pai do aluno 3 possui ensino médio completo. O mesmo ocorre em relação à escolaridade da mãe, sendo que o maior grau de escolaridade é ensino médio incompleto, da mãe do aluno 4. Quanto aos avós paternos e maternos, apenas o aluno 5 informou que possuíam ensino fundamental incompleto, sendo este o foi o maior nível de escolaridade identificado. Entre os irmãos dos investigados, o maior nível de escolaridade foi o superior incompleto, mesmo assim, citado apenas pelo aluno 7.

Esses dados revelam uma linha ascendente da longevidade escolar entre as gerações, ou seja, a cada nova geração, o aumento na escolaridade. Esse dado ilustra o quanto a constituição do direito à educação no Brasil, ainda que com avanços, é historicamente muito lenta.

Isso vai ao encontro da afirmação de Carvalho (2012) ao pontuar que a família deve ser compreendida como algo em construção e reconstrução, algo que está sempre sofrendo modificações em sua forma, atravessadas também pelas políticas públicas na educação. Ademais, as particularidades de cada lar também possuem influência direta na vida dos estudantes.

Ainda assim, no seio das contradições sociais que refletem o direito historicamente negado à educação, a importância da escola, tanto para seus pais, mães, quanto para o próprio estudante, é considerada algo importante. Vale destacar que todos afirmaram receber incentivos para cursarem um curso superior, ainda que a presença de parentes graduados seja irrisória. Das famílias dos 7 alunos investigados, apenas 2 alunos possuem parentes que concluíram o ensino superior. Outros 3 investigados informaram possuir parentes com ensino superior incompleto.



Assim, apesar de em suas famílias o curso superior não ser algo presente, todos os investigados afirmaram pretender continuar os estudos, fazendo um curso superior ou um técnico.

Quando questionados sobre a relação família e escola, materializada pela participação em reuniões de pais, nos chamou a atenção a figura feminina (mãe ou avó) presente na vida dos discentes. Além disso, dentre os alunos investigados, apenas dois disseram que ninguém frequentava as reuniões, demonstrando que, apesar de todas as dificuldades (como a locomoção, horários das reuniões) há um incentivo e participação da família na vida escolar destes alunos. Por outro lado, dos sete alunos, apenas dois disseram que os pais acompanhavam seus deveres de casa, pegando os cadernos e perguntando. Este dado faz muito sentido quando o relacionamos à escolaridade dos pais e mães, muito aquém da atual escolaridade dos filhos.

#### Estratégias adotadas pelos discentes

Os estudantes investigados possuem histórico de faltas na escola, conforme revelam os educadores da instituição. Sobre o principal motivo para as faltas escolares, eles responderam ser por doença ou cansaço, devido ao trabalho, afinal, dos sete alunos, apenas dois disseram não trabalhar. Embora tivessem afirmado se dedicar em casa entre meia a duas horas, diariamente, aos estudos, há momentos em que as tarefas são deixadas de lado e, quando questionados quanto ao motivo, boa parte das respostas evidencia a vida rural como um aspecto dificultador. O aluno 1 justifica sua atitude por “trabalhar por longos horários”, o aluno 6 disse que “raramente eu deixo, quando ocorre é por falta de tempo ou por falta de energia elétrica”.

A maioria destes discentes ajuda seus familiares nas tarefas diárias, sejam em casa ou na roça, que é algo extremamente cansativo, assim, muitas vezes, não lhes sobram energia para executar as tarefas escolares.

Analisando o boletim desses estudantes, as notas e apuração da frequência dão indícios sobre a futura aprovação dos mesmos. A escola investigada disponibilizou os boletins destes alunos, que continha as notas e faltas dos mesmos até o 3º bimestre do ano de 2019<sup>5</sup>. Sobre as frequências, eles nos mostram que, apesar de todos os obstáculos, estes alunos possuem números maiores de faltas em língua portuguesa, que juntamente com matemática, é

---

<sup>5</sup> Quando foi aplicado o questionário, os alunos ainda estavam cursando o 4º bimestre do 3º ano do ensino médio.

a disciplina com maior carga horária, tendo em média 10 faltas. Esse número só não se aplica aos alunos 2 e 6, que já haviam sido reprovados por falta e, segundo a diretoria da escola, iriam fazer algumas provas específicas de reclassificação para tentar abonar as faltas e conseguir concluir o EM<sup>6</sup>. Quanto às notas, percebemos que apenas o Aluno 3 possui menor nota parcial, estando com 36,0 pontos em língua portuguesa. Considerando que são 4 bimestres, de 25,0 pontos cada, e o mínimo de 60,0 pontos para ser aprovado, este aluno já estaria na recuperação anual. O restante dos alunos possuem notas parciais suficientes para serem aprovados sem a necessidade de recuperações.

Assim, as análises dos boletins nos revelam que, apesar de toda a dificuldade, estes alunos, através de estratégias criadas com o intuito de driblar as dificuldades existentes em suas vidas neste processo educacional, conseguem atingir o necessário para suas aprovações.

Em concordância com o que disseram Bervian, Cervo e Silva (2007), cada um destes discentes possui seu conhecimento empírico, o que influencia em suas atitudes presentes e futuras metas. Além disso, as estratégias que utilizam contribuem para esse processo, como veremos a seguir.

#### O desafio diário de chegar à escola

Ainda que os boletins indiquem um número significativo de faltas, elas não ocorrem sem tentativas de frequentar a escola. Diante da distância percorrida todos os dias por estes alunos, é importante reconhecer as horas-extras dispensadas por eles à frequência da escola, quando comparados com os colegas de zona urbana. O turno inicia às 7:30h e os alunos investigados acordam para ir à escola entre 5:30h às 6:10h da manhã. Em seu retorno, sendo que a aula termina ao meio-dia, estes discentes chegam em casa entre 12:30h às 13:20h. Vale ressaltar que todos utilizam transporte escolar e que segundo os investigados este não costuma atrasar.

De acordo com as informações obtidas, são horas deixadas nas estradas todos os dias, faça chuva ou sol, com isso os alunos ficam sobrecarregados e apresentam uma disposição para estudar bem diferente dos alunos de zona urbana, chegando na escola com muito sono, por vezes cochilando em sala de aula e quando retornam às suas casas já apresentam muita fome.

---

<sup>6</sup> Vale ressaltar que a questão envolvida nos discentes 2 e 6, é uma regra existente no ensino do Estado, algo que não cabe à escola.

Esse desgaste faz com que o processo educacional seja mais exaustivo para estes discentes. Ou seja, ao iniciar o processo educacional na cidade, esses estudantes se deparam com desafios extras: são estradas ruins, transportes inadequados, longas viagens além do período de aula, pois muito tempo fica nas estradas (ZEFERINO, 2014).

Conforme relatou o aluno 6, “às vezes há uma dificuldade para chegar a escola, principalmente em dias chuvosos”. O aluno 7 nos conta que o “cansaço na viagem” é um dos principais desafios que um aluno de zona rural enfrenta no processo educacional.

Essa questão reafirma que o contexto rural apresenta particularidades, as quais demandam uma atenção especial, pois as dificuldades, como infraestrutura e trabalhos prestados tendem a ser maiores (PINTO, 2016).

Conforme já discutido, os estudantes em questão mobilizam estratégias para permanecerem estudando. Algumas delas foram: “quando o ônibus falta, tenho que ir de transporte próprio ou pago, e em questões de trabalho, dividimos e fazemos cada parte separada”, disse o aluno 1. Já o aluno 5 conta que “quando o ônibus falta, as vezes meu pai traz, se não for em caso de chuva, porque pode ser que as estradas estejam perigosas. Na perda do ônibus, devido a hora, meus pais me levam na escola. Em caso dos trabalhos em grupo, eu fico na casa dos meus avós ou até mesmo na casa dos meus colegas”. O aluno 6 relata que “para a falta de ônibus, não tem muito que fazer, posso vir na escola outro dia e justificar o motivo da falta. No período longo de chuva, muitas vezes não tem como nem sair de casa, então é justificar na escola. Perda de ônibus, caso tiver prova ou algo importante, peço para meu irmão me trazer de moto até a escola ou até o ponto de ônibus comercial até a cidade. Para fazer trabalho em grupo, dividimos em partes iguais e qualquer dúvida, conversamos pelo *WhatsApp* e depois juntos, lemos e vemos se falta alguma coisa para concluir o trabalho”.

Vale ressaltar também, a importância dos colegas de turma, que os ajudam a driblar esses obstáculos, cedendo cadernos para que os conteúdos perdidos sejam colocados em dia, esclarecendo dúvidas sobre os mesmos e aceitando que os trabalhos sejam divididos ao invés de se reunir para elaborá-lo.

Enfim, estrategicamente, esses estudantes usam transporte alternativo (carona ou pago) em caso de falha no transporte escolar, dormem na casa de parentes ou colegas para participar de atividades escolares além das aulas, tentam estabelecer comunicação eficiente entre os pais e a escola para justificar faltas e arranjos alternativos para realização de trabalhos (redes sociais).

### **Considerações finais**

Um país que está sempre utilizando indicadores das atividades do campo como expressão de desenvolvimento deveria também ocupar-se de um projeto educacional para esses sujeitos, fortalecendo a *Educação do Campo*.

No entanto, o aumento da escolaridade ao longo das gerações no meio rural acontece muito lentamente, pois como já dissemos, a educação rural e a Educação do Campo não recebem os investimentos necessários, sendo menores do que o já insuficiente investimento na educação urbana.

Os dados comprovaram que os estudantes residentes na zona rural ficam em desvantagem quando o assunto é condições de permanência na escola. Especificamente neste município mineiro analisado, somente nas estradas, fica-se uma média de duas horas por dia. Atividades simples como um trabalho em grupo se tornam um desafio ou um ponto de exclusão em potencial.

Esse histórico é algo que perdura gerações e influencia diretamente na trajetória escolar desse público, que, na mesma medida, ainda resiste e busca alternativas para aumentarem a longevidade escolar.

### **Referências**

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A educação negada**: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 200 p.

CALDART, Roseli Salette. Educação do Campo In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMPOS, Marília; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. Educação Básica do Campo. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Dicionário da Educação do Campo. **Apresentação**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

HADDAD, Sérgio. Direito à Educação. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

IBGE, Agência de Notícias. **Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015**. Disponível em: <<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>>>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

IBGE, Agência de Notícias. **Número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Sinopse Lagoa Dourada**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lagoa-dourada/pesquisa/23/27652>>. Acesso em 08 de janeiro de 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Lagoa Dourada – MG**. Disponível em: <<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/lagoa-dourada.html>>>. Acesso em 26 de setembro de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Lagoa Dourada – MG**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lagoa-dourada/panorama>>. Acesso em: 03 out. 2019.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016 / IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016

LEHER, Roberto; MOTTA, Vânia Cardoso da. Políticas Educacionais Neoliberais e Educação do Campo. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

**Morar na roça, estudar na cidade:  
os estudantes do ensino médio em suas condições objetivas de vida**

PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013. *Pesq. Nac. amost. domic.*, Rio de Janeiro, v. 33, p.1-133, 2013.

RAMOS, Marise; ROLO, Márcio. Conhecimento. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

RIBEIRO, Marlene. Educação Rural. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TEIXEIRA, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio. **Panorama da educação no campo**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em:  
<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Panorama+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+do+Campo/5b9c2ed7-208b-48ff-a803-cd3851c5c6c9?version=1.2>>. Acesso em: 17 set. 2019.

**Living in the countryside, studying in the city:  
high school students in their objective living conditions**

**Abstract:**

This article presents the results of a research whose main objective was to investigate the objective living conditions and school permanence strategies of students living in rural areas and studying in an urban area, in a specific city of Minas Gerais state. Thus, we discuss school education aimed at this specific audience of students, problematizing rural education and rural education; the relationships between the years of schooling of students' families and the importance they attribute to school; and, finally, the permanence strategies mobilized by these students. The results indicate the value of school in the family environment, even though the level of education of previous generations of these students is low; they also show that the most demanded strategies for permanence are related to means of transport, overcoming fatigue and reconciling with rural work. Thus, we defend that *rural education*, still distant from most rural communities, has the principles that would guarantee the right to education for this specific group.

**Keywords:** School permanence strategies; countryside; high school.